

A ELITE ECLESIAÍSTICA ATRAVÉS DA IMPRENSA: REIVINDICAÇÕES DA IGREJA DIANTE DA IDEOLOGIA DO PROGRESSO URBANO E SECULARIZAÇÃO NA CIDADE DE CANAVIEIRAS - BAHIA (1903-1913)

Oslan Costa Ribeiro¹

Resumo:

Este artigo é um apanhado geral da dissertação de mestrado em História, defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, e, apresentará novas interpretações sobre a história da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, no marco temporal de 1903-1903, sobre as reivindicações da Igreja diante do movimento do progresso urbano e da secularização da sociedade na cidade de Canavieiras, no sul da Bahia. Tendo por fontes principais a imprensa e a fotografia, buscamos reinterpretar as contendas da Igreja, no início do século XX, em busca de sua reorganização interna, recuperação patrimonial, contra a elite política e econômica cacaueteira, que encarava com indiferentismo a questão da recuperação da antiga matriz, em avançado estado de precariedade de sua estrutura física desde o século XIX, e depois, de resistirem em aderir em ajudar financeiramente as obras de construção da nova igreja matriz de São Boaventura. Neste trabalho, apresentaremos um dos episódios que envolveram os padres em polêmicas, causado de desavenças do padre com o povo, em 1903, para exemplificarmos os conflitos que houvera no recorte proposto.

Palavras-chave: Elite eclesiástica; Igreja católica; Freguesia de São Boaventura do Poxim; Secularização; Progresso urbano.

1 A Paróquia de São Boaventura do Poxim e a municipalidade de Canavieiras

Numa paróquia com mais 300 anos de criação, como é o caso da Paróquia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, erigida em 1718, os festejos do padroeiro São Boaventura (1217-1274), atravessaram os séculos expressando a fé católica e a identidade do povo canavieirense, se adaptando às mudanças da sociedade local, e com isto, se atualizando e agregando novas formas de celebrar e dinamizar os espaços onde ocorrem os festejos anuais, ponto alto do calendário religioso do município de Canavieiras até

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), vinculado à linha II - Cultura, poder e identidades. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). E-mail: oslan@hotmail.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7937879658171776>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1742-9669>. Orientador: Prof^o Dr. Jiane Fernando Langaro (PPGH/UFG), currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9918372985460845>.

hoje. Até o ano de 1931, os festejos ocorreram na antiga igreja matriz (demolida em 1932), e no largo à sua frente, posteriormente, transformada na Praça do Paço, hoje, Praça da Bandeira (Figura 1).

Figura 1 Última festa de São Boaventura celebrada da antiga igreja matriz de Canavieiras, Bahia, em 1931.



Fonte: Acervo de Paulo Simões e da Sra. Valquíria Magnavita (*In memoriam*), Canavieiras, Bahia.

Com a construção da nova e atual igreja matriz a partir de 1912, no terreno doado do patrimônio do município de Canavieiras, através da resolução nº 191, de 8 de julho de 1912 (RIBEIRO, 2021, p. 98), consolidou para a Igreja, um novo espaço urbano somente dela, onde a nova matriz em construção teria à sua frente um enorme largo para suas festividades. Em um acordo entre as partes, firmado à época, ficou acordado que, após a inauguração da nova matriz, ocorrido no dia 5 de julho de 1932, o largo à sua frente seria gerido pela paróquia, e a municipalidade, após a demolição da velha matriz, assumiria e reformaria o largo à frente do Paço Municipal, para concluir o projeto de reforma e embelezamento urbano, em andamento desde as primeiras décadas do século XX na cidade.

O executivo municipal, desde então, mesmo em um novo espaço urbano criado para o uso da Igreja na cidade de Canavieiras, sempre prestigiou a histórica Paróquia de São Boaventura do Poxim, apoiando seus eventos festivos durante o ano civil e litúrgico, numa relação mútua de zelo entre o Município e a Igreja. A exemplo disto, citamos a realização da primeira urbanização da Praça de São Boaventura, em 1955, a pedido do padre Agostinho Stauder ao prefeito Osmário Batista (1922-2012), para que se construísse um coreto com jardinagem, inspirados na logomarca do 36º Congresso

Eucarístico Internacional, celebrado na cidade do Rio de Janeiro, na época, capital federal, com a participação de grande comissão de fiéis de Canavieiras, com a direção espiritual do padre Agostinho, e a participação, inclusive, do prefeito Osmário Batista e da primeira dama, representando o município no dito congresso.

Outro indicativo das boas relações da municipalidade com a Igreja, foram as inúmeras restaurações da nova e atual igreja matriz pelo executivo municipal, não para o maior privilégio da Igreja diante das outras religiões na cidade, mas, pelo entendimento de que a atual igreja matriz de São Boaventura, era e é o mais importante exemplar da arquitetura neogótica do século XX, presente no patrimônio histórico de Canavieiras, e o município simplesmente incentivava a sua boa manutenção, pois, a igreja matriz, juntamente com o paço municipal, e demais prédios do sítio histórico são o cartão-postal da cidade mundo afora.

Embora contando com ajuda da administração municipal para a manutenção da Praça de São Boaventura, a Igreja sempre manteve sua autonomia de organização no uso de seu espaço nas festividades do padroeiro e nas outras festas religiosas, fazendo valer o entendimento da resolução nº 191, de 8 de julho de 1912, pelo qual a municipalidade deu à Igreja um novo espaço para suas atividades e sustento, em troca do espaço da velha matriz demolida em 1932, por causa das reformas urbanísticas em andamento à época.

Foi um acordo de boa vizinhança, para que, a Igreja não fosse prejudicada, já que a velha matriz foi a primeira construção, o marco zero de Canavieiras, construída ali em fins do século XVIII, quando a população do Poxim, fugindo da resistência dos indígenas Botocudos que não aceitavam a presença de invasores em seu território, encontraram às margens do Rio Pardo, no sítio das canavieiras, o local ideal para se instalarem definitivamente, transferindo a sede paroquial do Poxim para a nova matriz construída no novo povoamento que assumiu o nome de Canavieiras, somente conquistando sua emancipação política, em 13 de dezembro de 1832, pela Regência Trina Permanente do Império do Brasil (1831-1835), que em nome de D. Pedro II (1825-1891), ainda menor de idade, elevou o povoado ao título de *Imperial Villa de Cannavieiras*.

2 O outro lado da história...

Em contraponto a essas “boas relações” entre a municipalidade e a Igreja, voltaremos ao século XIX, para falarmos da dificuldade de entendimento entre a elite política local e a elite eclesiástica que buscava se firmar em fins do Brasil Império e nos

inícios do Brasil República. O caso da antiga igreja matriz (Figura 1) exemplifica bem os desentendimentos desse período. Um templo de construção colonial simples, mas de importante significado religioso e administrativo para a Vila de Canavieiras, no Brasil Império, mesmo depois da emancipação do município em 1832, a antiga matriz pouco recebia investimentos para sua manutenção e reformas, que era da obrigação do erário público, tanto, por parte do município de Canavieiras, quanto da presidência da Província da Bahia, o que levava os padres à beira do desespero por verem a igreja matriz se deteriorando e poder público nada fazendo para mantê-la em pé. Aguiar (1979), em visita técnica à Vila de Canavieiras, entre 1882-1883, assim escreveu em seu relatório sobre a vila “Tem casa de câmara, estação telegráfica, uma ordinária cadeia e uma velha e estragada Matriz que até poucos anos a vimos escorada, esburacada, servindo dormitório a cabras e carneiros”, por aqui, temos a ideia do que era a antiga igreja matriz.

No Brasil República, com separação da Igreja e do Estado, embora com muitas dificuldades, os padres puderam tomar a iniciativa de mudar esse quadro, cada vez mais agravado na estrutura física da antiga matriz. Com a concessão do título honorífico de cidade a Canavieiras, em 1891, por decreto do governo do Estado, a, agora cidade e sua elite política, queria fazer jus ao título de cidade que a antiga vila tinha ganhado, de se tornar uma localidade moderna, bela e agradável de se viver. Inspirados nas reformas urbanísticas já em desenvolvimento nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Ilhéus, Canavieiras queria se transformar também.

Ruas largas e calçadas, praças, iluminação pública com postes de ferro fundido, casarões da elite com fachadas mais belas que as outras, o prédio do Paço (Figura 2), inaugurado em 1899, no governo no intendente municipal Antônio Salustiano Viana (1857-1930), traçava novo contorno ao largo defronte à antiga matriz, já a pondo em escanteio e promovendo ainda mais seu esquecimento, aumentando ainda mais o descontentamento dos padres da Igreja. Na figura 2, fotografia de autoria de Teophilo Mourranhy, retratista profissional que atuou na cidade entre os anos 1910-1960, responsável por inúmeros registros fotográficos nesse período, mostra o prédio do Paço Municipal, ao fundo do lado direito da fotografia, a antiga casa de Câmara e Cadeia, do lado esquerdo, a parte detrás da nova e atual igreja matriz de São Boaventura, em seu novo espaço urbano, na década de 1930, provavelmente, anos depois da inauguração da nova igreja matriz e da demolição da antiga que ficava à frente do Paço.

Figura 2 Paço Municipal de Canavieiras, sede do poder executivo, fotografia da década de 1930.



Fonte: <http://ilhadecanavieiras.blogspot.com/>. Foto de Teophilo Mourranhy.

Amparados pela boa arrecadação de impostos por causa do cacau, a municipalidade a partir dos anos 1900, investia mais nos melhoramentos urbanos da cidade, e reforçava em seus discursos públicos na Intendência e nas sessões do Conselho Municipal, a necessidade de os munícipes cumprirem à risca, o Código de Posturas, sancionado e implementado a partir da lei nº 329, de 16 de outubro de 1915, no governo do intendente João de Deus Ramos (1912-1915). Anos antes do Código de Posturas de 1915, a elite política e econômica, que se dizia católica, por mudanças de mentalidades, resistia em ajudar na organização da comissão para se construir uma nova igreja matriz, somente implementado com a visita e intervenção do Arcebispo da Bahia a Canavieiras em 1903, “em fevereiro o Arcebispo da Bahia D. Jerônimo Tomé da Silva², vem a Canavieiras em visita pastoral, parece que foi a primeira vez que os Católicos de Canavieiras viram um Bispo” (LIVRO DE TOMBO, 1949-1960, p. 7), depois, o arcebispo retornou em 1908, e a construção da nova matriz nem dava sinais de viabilidade de ser iniciada.

3 O caso do vigário Badaró diante da secularização em Canavieiras

O vigário Badaró será o nosso personagem principal para a discursão em torno do processo de secularização da sociedade e da laicização do Estado na Freguesia de São Boaventura do Poxim neste artigo, mas, antes, vamos entender o que é o processo de

² Nasceu em Sobral, Ceará, em 12 de junho de 1849, arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, de 28 de fevereiro de 1894 até sua morte na cidade do Salvador, em 19 de fevereiro de 1924, aos 75 anos.

secularização. A secularização é o processo de separação, de distanciamento gradual, de ruptura do sistema estrutural de uma sociedade, tendo por base os valores e a moral doutrinária de uma religiosidade, no caso do Brasil, o cristianismo católico, que no período da Colônia e do Império era a religião oficial do Estado sob o regime do padroado. Era o reflexo do mundo moderno que se desenvolvia rapidamente, depois da Revolução Industrial, com o desenvolvimento do sistema capitalista, apontado por Weber (2004), como fator crucial para a secularização da sociedade.

Nesse período, como já citado, a Igreja, como parte do Estado, e o clero como, praticamente, funcionários públicos, agiam não somente como sacerdotes dispensadores dos sacramentos, como também, agentes do Estado naquela localidade, daí o termo ‘freguesia’ e não somente ‘paróquia’, como hoje, para designar, canonicamente, uma comunidade religiosa, pois a freguesia em si sediava um distrito com foros administrativos junto à Coroa, tendo como representante a Igreja, representada pelo seu vigário colado, maior autoridade civil e eclesiástica na localidade. O vigário Badaró foi formado, eclesiasticamente, dentro deste contexto, e como viveu seu sacerdócio em Ilhéus por um período, foi transferido para Canavieiras, onde achava que continuaria a viver um paróquiato constante e pacífico sob a sua autoridade canônica de pároco, mas, veremos que isso não ocorreu.

Em 1889, faltando menos de um mês para a queda do Império, assumiu a Freguesia de Canavieiras, transferido pelo Arcebispado da Bahia da Freguesia de São Jorge dos Ilhéus, o padre Francisco Fernandes Badaró – mais conhecido nas fontes e, assim, aqui também chamado somente de vigário Badaró. A pedido de um paroquiano da Freguesia de Ilhéus, foi publicada, no Diário da Bahia, de Salvador, uma nota relatando a sua despedida na cidade de Ilhéus, que em nada pareceria com a traumática saída e despedida da Freguesia de Canavieiras, em 1903:

Ilhéos

Hoje seguiu para a Villa de Cannavieiras, onde vae exercer os misteres de sua profissão, o reverendo vigário Badaró. Acompanhou-o até a bordo do vapor a elite dos dous partidos constitucionaes d’esta comarca; e, no momento da despedida, depois de se fazer ouvir o Sr. Ramiro, que pronunciou breve, mas eloquente allocução, o reverendo Badaró, em palavras entrecortadas de lágrimas, um adeus ao seus ex-parochianos, fazendo votos pela prosperidade d’este lugar. Foi uma scena comovente! O reverendo vigário Badaró deve ter partido para as plagas de Cannavieiras, com a consciêcia de um sacerdote que qual soube distribuir caridade, firmar as crenças religiosas da população e pelo seu espírito de abnegação dar nobre exemplo de que as perfídias

da política estão abaixo de uma alma nobre. Possa esse acontecimento, que illuminará a história d'esta infeliz comarca, servir de incentivo ao seu successor e de garantia para a nova missão que vae desempenhar na florescente Villa de Cannavieiras. E' um filho do povo quem escreve essas linhas tendo diante dos olhos o grande princípio: *suum cuique tribuere*³. Ilhéos, 13 de outubro de 1889. (DIÁRIO DA BAHIA⁴, ano XXXV, nº 234, 19 de outubro de 1889).

O vigário Badaró ao deixar a Freguesia de São Jorge com sua bela igreja matriz, ainda existente e preservada, no centro da cidade de Ilhéus, sede política dos coronéis do cacau, onde a elite, embora não muito generosa financeiramente, frequentava e mantinha as atividades religiosas, nas três igrejas existentes na nova urbe cacaueira, elevada de vila à cidade em 1881, em torno da devoção a São Jorge, São Sebastião e Nossa Senhora da Vitória, perdeu de certo modo, o conforto de ser vigário de poderosos e de suas senhoras esposas, mantenedoras e atuantes das obras paroquiais, para assumir a pobre Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, com sua igreja matriz em estado de plena miséria, chegando em um tempo conturbado de mudanças no cenário político nacional e local, que o causou estranhamento e angústia, mas ele tentou fazer algo para enfrentar estes tempos difíceis da nova República instaurada.

Segundo o Livro de Tombo, volume 1, foi ele o fundador da Associação de Nossa Senhora de Lourdes, movimento mariano para mulheres, instalado em 1890, suprimido em fins de 1915, restaurado pelo padre Antônio de Siqueira Granja em 12 de julho de 1925, para atender às novas diretrizes do Arcebispado, no incentivo da formação de novas associações de fiéis leigos na Igreja, comprometidos com a prática da fé católica, na maior observância dos sacramentos e obedientes à hierarquia eclesiástica, e a descontinuidade das antigas irmandades e confrarias, que já não mais existiam nos anos 1890 na Freguesia de São Boaventura do Poxim. No ano de 1890, segundo Campos (2006), o "imperfeito recenseamento" realizado, contava que a Vila e o Município de Canavieiras tinham 4.185 habitantes. Em 1891, o Diário Oficial do Estado, publica:

Acto de 25 de maio de 1891

*O Governador do Estado resolve pelo presente acto elevar a
Villa de Cannavieiras à categoria de Cidade.
Palácio do Governo do Estado Federado da Bahia,
25 de maio de 1891.*

³ Dar a cada um o que é seu.

⁴ Jornal diário vespertino, fundado em Salvador no dia 1º de janeiro de 1856 por Demétrio Ciríaco Tourinho e Manuel Jesuino Ferreira. Suas oficinas foram definitivamente fechadas em 30 de maio de 1957. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-da-bahia>. Acesso em 30 jun. 2022.

Com essa elevação da vila em cidade, por parte governador da Bahia, a elite política de Canavieiras, se sentiu prestigiada pelo governo, pois a igualou à cidade de Ilhéus, que por tal ato, Canavieiras deveria mais nada. O ato de ser elevada a condição de cidade, certamente, despertou ou impulsionou o desejo da elite por mudanças e melhoramentos do perímetro urbano da nova cidade, o problema em questão é que a antiga igreja matriz de São Boaventura, que muitos deles iam à missa com a família aos domingos, não estava contemplada em seus interesses de transformação urbana, principal símbolo da obsessão pelo progresso e civilidade. Eram os sinais de secularização, e do fortalecimento do discurso de laicização do Estado, na vida política interna do município de Canavieiras, à luz do que já ocorria em Ilhéus e Salvador.

O vigário Badaró sofreu na pele as mudanças das relações institucionais entre Igreja e Estado à frente da Freguesia de Canavieiras. Seu paróquio seria marcado por turbulentas relações entre ele e a população, entre ele e a elite política local, que não mais tolerava algumas atitudes duras por parte do vigário, provavelmente por sua resistência às mudanças, que ocorreram em fins do século XIX, reflexo do processo de secularização da sociedade em Canavieiras, sendo que a maioria dos coronéis, políticos, profissionais liberais (médicos, advogados), em sua grande maioria, tinham vínculo com a loja maçônica, fundada em 1890. Um dos primeiros revides do Arcebispado, para conter a onda da secularização na região sul da Bahia, foi promover santas Missões nas Freguesias de Nossa Senhora do Carmo de Belmonte, de São Boaventura do Poxim de Canavieiras e de São Jorge dos Ilhéus, entre dezembro de 1891 e janeiro de 1892.

O vigário Badaró, também foi encarregado pelo Arcebispado da Bahia, de dar assistência à Freguesia de Belmonte nesse período. Para ajudá-lo nas santas Missões, vieram os padres José Colomber e Carlos Fissandier, conforme a notícia em *Pequeno Jornal*, de Salvador:

Sem nenhum incidente desagradável, correram os exercícios da Missão, com satisfação geral de um povo que se desvanecia de suas crenças, legado precioso que herdaram de seus pais e que guardam com zelo inestimável na arca santa de suas tradições. Um povo que assim procede tem o direito a esperar e confiar no futuro. Aqui, do mesmo modo que em Belmonte, grande foi o número dos que foram se purificar no tribunal da penitência, contrahir enlaces matrimoniaes e legitimar

⁵ Atos do Governo do Estado referentes às freguesias da Bahia (1890-1896), acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

uniões ilícitas – com manifesto proveito para a família e para a sociedade canavieirense (PEQUENO JORNAL⁶, Ano III, nº 561, de 16 de janeiro de 1892, s/p).

Por ordem do Arcebispado da Bahia, a missão seguiria para a Freguesia de São Jorge dos Ilhéus. Enquanto se organizava para partir adiante com os missionários estrangeiros, o vigário Badaró foi surpreendido com o recebimento de um telegrama do delegado de Ilhéus, entregue pelo suplente em exercício do delegado de Canavieiras, que dizia: “[...] POLICIA NÃO CONSENTE MISSÃO”⁷. Na mesma notícia segue o protesto contra o ato do delegado de Ilhéus:

Enorme, immenso, pyramidal o sr. suplente! [...] Já chegamos ao tempo em que uma autoridade de tal jaez annulla, por meio de um simples telegrama, uma das mais bellas liberdades que nos foram garantidas pela nossa lei orgânica! [...] Segundo somos informados, o remv. vigário protestou como lhe cumpria, perante o governo. Aguardamos o procedimento d’este para por nossa vez ou louval-o, ou censural-o com todas as forças de que somos capaz, em nome de nossas crenças e de nossos direitos constitucionais (PEQUENO JORNAL, ano III, nº 561, 16 de janeiro de 1892, s/p)

O autor da nota se referia ao inciso 3º do Título IV, Seção II, parágrafo 72, da Constituição (BRASIL, 1891, s/p), que dizia: “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”⁸. No mesmo número, outra nota notícia que, em 12 de janeiro de 1892, a pedido do povo de Comandatuba⁹, a missão seguiu para lá e, pelo que consta, correu tudo dentro do planejado pelo vigário Badaró com auxílio dos missionários.

Em 1903, como empenho do Arcebispado da Bahia, para contenção do descomprometimento do laicato em relação à Igreja, ocorreu a inédita visita pastoral de D. Jerônimo Tomé da Silva a Canavieiras e outras freguesias vizinhas. No encerramento da visita pastoral do arcebispo, o vigário Badaró, como é de praxe, apresentou um relatório canônico sobre seu paróquia em Canavieiras, desde 1889. Não sabemos como, mas a imprensa de Canavieiras soube do conteúdo desse relatório, no qual o vigário Badaró relatava fatos desagradáveis sobre os paroquianos ao arcebispo.

⁶ Pequeno Jornal foi fundado em 1890, em Salvador, Bahia. Tinha por proprietário e chefe de redação, o jornalista César Zama (1837-1906).

⁷ PEQUENO JORNAL, ano III, nº 561, 16 de janeiro de 1892, s/p.

⁸ Redação dada pela Emenda Constitucional, de 3 de setembro de 1926.

⁹ Hoje, distrito do município de Una, BA, distante 43,5 Km da cidade de Canavieiras, BA.

Esse relatório era de cunho sigiloso, mas a imprensa local o publicou e a população da cidade se revoltou contra o vigário Badaró. Pelas fontes analisadas até o momento, não se sabe qual foi esse conteúdo, esse relatório não foi encontrado em nenhum periódico local da época. Constatam-se somente notas de repúdio do povo ao vigário Badaró na imprensa, e um abaixo-assinado ao arcebispo pedindo sua remoção da Freguesia de Canavieiras, dentre outros.

PELA PAROCHIA

Corre entre os habitantes deste município uma representação dirigida ao exmo. e rev. Sr. Arcebispo da Bahia, pedindo a remoção do padre Francisco Fernandes Badaró, vigário desta freguesia, em consequência dos últimos acontecimentos motivados pelos dizeres e referências ao povo de Cannavieiras, em seu relatório apresentado a d. Jeronymo, em Janeiro por ocasião de sua visita pastoral ao sul do Estado. Prometemos publicá-la da integra (MONITOR DO SUL¹⁰, ano II, nº 114, 5 de abril de 1903, p. 2).

Poucos dias após a publicação da notícia sobre o abaixo-assinado, o vigário Badaró assim se manifestou por meio de o *Monitor do Sul*.

DESPEDIDA

O Vigário Badaró aos seus amigos
Achando-me, a quasi um mez, gravemente doente dos olhos de modo a me ver privado de exercer os sagrados misteres parochiaes, sigo para a Capital, a conselho do meu médico assistente e ahi demorar-me-ei o tempo exclusivamente preciso para meu completo restabelecimento. Na impossibilidade de ir pessoalmente levar as minhas despedidas a aquelles a ellas têm direito e a quem sou extremo grato pelas finezas que me têm dispensado nessa crise a mais penosa da minha vida, faço-o por este meio offerecendo-lhes alli os meus exíquos préstimos e peço-lhes que acceitem em retribuição o meu enovídavel reconhecimento. Cannavieiras, 16 de Abril de 1903 (MONITOR DO SUL, ano II, nº 118, 19 de abril de 1903, p. 2).

¹⁰ “Nos números do mês de abril de 1903, em seu cabeçalho, assim informava: “*MONITOR DO SUL – Propriedade de uma associação – Redactor-chefe: Dr. Eduardo Campos – Publicação nas Quintas-feiras e Domingos – Pagamentos adiantados.*” (MONITOR DO SUL – Ano II, nº 115, de 9 de abril de 1903). Eduardo Campos era médico e jornalista, foi redator e chefe do jornal até pouco antes de sua morte em 1908, quando aparece no cabeçalho do jornal novo proprietário Antônio Nunes, e como redator “vários”. No cabeçalho do jornal “Monitor do Sul” em um número do ano de 1908, continha informações importantes sobre seu expediente: proprietário, redatores, endereço postal e telegráfico, número da tiragem, e, lema (slogan): “*Folha consagrada aos interesses do município*”, logo abaixo propaga que é o jornal de maior circulação no sul da Bahia, oferecendo serviços tipográficos de diversas qualidades.” (RIBEIRO; SOUSA JR, 2021, p. 115).

Finalmente, dias depois, o *Monitor do Sul* publicou a representação seguida de assinaturas, somente de homens de diversas classes e ocupações; e depois, na íntegra, o motivo da repulsa do povo canavieirense ao vigário Badaró:

REPRESENTAÇÃO

Conforme ha tempos promettemos, damos hoje publicidade a representação dirigida ao exmo. e revmo. sr. d. Jeronymo Thomé da Silva, arcebispo metropolitano da Bahia e primaz do Brazil, pelo commercio, lavoura e demais classes componentes deste município, impetrando a remoção desta parochia do illmo. e revmo. sr. padre Francisco Fernandes Badaró, vigário desta freguezia de S. Boaventura do Poxim de Cannavieiras.

Ei-la:

Illmo. Exmº Rvm. Sr. Arcebispo da Bahia e Primaz do Brazil.

Os abaixo assignados representantes de todas as classes de Cannavieiras e seus arredores, vem perante v. exmª. revma., impetrar a graça de ser removido d'esta Freguesia de S. Boaventura do Poxim de Cannavieiras, o Reverendo Padre Vigário Francisco Fernandes Badaró. (Seguem-se assinaturas (MONITOR DO SUL, ano II, nº 124, 10 de maio de 1903, p. 1, grifo nosso).

No mesmo número vem a público o motivo pelo qual a população de Canavieiras repudiou o vigário Badaró, pelo que este escreveu a D. Jerônimo em sua visita pastoral a Canavieiras, em fevereiro de 1903. Essa nota foi publicada na primeira página de o *Monitor do Sul*, em 1903, e seguia o abaixo-assinado de homens da cidade. Na maioria, grandes fazendeiros e políticos com seus respectivos títulos e ocupações, como: “Augusto Luiz de Carvalho – intendente; dr. Salustiano Vianna, presidente do conselho; Macario Ignacio da Costa, conselheiro Municipal”¹¹; dentre outros.

A carta publicada em primeira página acusava a conduta reprovável da ação pastoral do vigário Badaró. Dentre as diversas reclamações, a que mais chamou a atenção e provocou os sentimentos de indignidade na população foi o episódio ocorrido em uma missa, na qual foi ministrado aos fiéis o sacramento da Crisma. Nessa mesma missa, um fiel ofertou uma moeda de pequeno valor, o que provocou a ira do vigário Badaró, que tirou a mesma moeda do recipiente de ofertas e, no meio de todos, jogou-a ao chão. As ações extremadas do vigário Badaró, tendo por ápice esse triste episódio da moeda, demonstrava desde já o desgaste pastoral de sua permanência de quatorze anos à frente da Freguesia de São Boaventura do Poxim, da qual foi removido pelo arcebispo depois do conhecimento do lamentável episódio.

¹¹ MONITOR DO SUL, Canavieiras: BA, ano II, nº 124, 10 de maio de 1903, p. 1.

Seu paróquio em Canavieiras, foi marcado por turbulentas relações entre ele e a população, entre ele e a elite política local, que não mais tolerava algumas atitudes duras por parte dele provavelmente por sua resistência às mudanças da secularização, que ocorreram em fins do século XIX, na vida social e religiosa em Canavieiras e em todo país, devido à separação da Igreja e do Estado, a partir do decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890. A Freguesia de Canavieiras, ao ver do Arcebispado, era uma paróquia de grande complexidade, devido à sua extensão territorial abrangente, uma das maiores freguesias da Arquidiocese da Bahia, à época.

A palavra de ordem dos padres sucessores do vigário Badaró em Canavieiras: Bemvindo Cândido Teixeira (1903-1908), Joaquim Ayres de Almeida Freitas (1909-1911), Bertino Lelfrese Misj (1911-1912), e, Justino José de Sant'Anna (1912-1924), era diálogo, paciência, conciliação e ação. O diálogo aqui posto na condição de manter boas relações com a elite política, mesmo que essa elite não se mostrasse tão comprometida e bastante secularizada, paciência para tolerar as humilhações advindas das atitudes da elite e de populares, conciliação para poderem reverter certas situações humilhantes, em uma mão estendida para começar de novo, e a ação, no intuito de realizarem em Canavieiras, as determinações pastorais do Arcebispado da Bahia, na questão de formação de novas associações de fiéis mais comprometidas com as obras de caridade e piedade, com a doutrina católica através do empenho catequético dos padres, e mais obedientes à hierarquia eclesiástica, além, dos padres em Canavieiras continuarem as tentativas de resolução da precariedade da antiga igreja matriz.

4 Considerações finais

Apresentamos somente um caso específico, dentre outros ocorridos na Freguesia de Canavieiras entre fins do século XIX e início do século XX, de atritos dos padres com a elite, e por vezes ao contrário, pela limitação de tamanho deste artigo, mas, procuramos exemplificar situações que não ficaram somente naquela época, mas, que atravessaram todo século, ocorrendo novamente agora no século XXI. Em dezembro de 2021, outro capítulo dessa história aconteceu em Canavieiras, em desentendimento entre o padre e o prefeito, por causa do terreno da Capela de Nossa Senhora de Fátima, no bairro da Berindiba, na cidade de Canavieiras.

O padre anunciou nas redes sociais da Paróquia de São Boaventura do Poxim, o projeto de se construir um meio muro com grades em torno da referida capela, no intuito

de protegê-la dos diversos casos ocorridos de vandalismo contra o pequeno templo. Assim que o prefeito tomou conhecimento, em *live* semanal nas redes sociais da prefeitura de Canavieiras, dizia ser contrário ao projeto da paróquia, por entender que o terreno em torno da capela seria de utilidade pública por haver uma praça e um pequeno parque com brinquedos infantis, e ainda, incitando a população contra a Igreja, disse que se o padre fizesse tal muro, ele e a população derrubaria.

A Paróquia de São Boaventura do Poxim é a proprietária do terreno e se pronunciou dizendo que o muro contornaria somente a capela, deixando de fora o parquinho das crianças, mas, mesmo assim, o prefeito continuava a rechaçar, provocando uma das mais graves rupturas institucionais entre a municipalidade e a Igreja em Canavieiras nos últimos tempos. Resultado foi que, começou uma guerra de ataques dos apoiadores do prefeito em redes sociais contra o padre e a pretendida obra da paróquia – que lhe era de direito – culminando com uma postagem ofensiva do prefeito contra o padre, que resultou em boletim de ocorrência em queixa do padre na delegacia da cidade, e a consequente judicialização do caso por causa da postagem ofensiva.

A obra do muro ainda não foi realizada, e padre e o prefeito se evitam o quanto podem, embora o prefeito já tenha o procurado pessoalmente e lhe pedido desculpas, mas, a ruptura continua real e agravada entre as instituições em Canavieiras. O caso dos excessos do vigário Badaró em 1903, inevitavelmente, nos remete a esse caso dos excessos do prefeito contra o padre em 2021, e aos demais casos que iremos nos debruçar no doutorado em andamento pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, com bolsa da Fapeg, por entendermos a importância desses episódios para compreensão das relações institucionais tênues entre o município e paróquia na sociedade canavieirense.

Referências

Fontes escritas

AGUIAR, D. V. de. Canavieiras. *In: Descrições práticas da Província da Bahia*: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2ª edição. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979, p. 273-275.

ATOS DO GOVERNO DO ESTADO REFERENTES ÀS FREGUESIAS DA BAHIA (1890-1896). Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

LIVRO DE TOMBO DA FREGUESIA DE SÃO BOAVENTURA DO POXIM DE CANAVIEIRAS (DIOCESE DE ILHÉUS, BAHIA), Vol. 1, 1949 – 1960.

Fontes hemerográficas

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, BA, ano XXXV, nº 234, 19 de outubro de 1889;

MONITOR DO SUL, Canavieiras, BA (1903-1913);

PEQUENO JORNAL, Salvador, BA, ano III, nº 561, de 16 de janeiro de 1892;

Bibliografia referenciada no texto

AGUIAR, D. V. **Província da Bahia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979, p. 273.

CAMPOS, J. S. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus, BA:

Editus, 2006, p. 422.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 1 jun. 2022.

DECRETO Nº 119-A (DE 7 DE JANEIRO DE 1890). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm. Acesso em: 28 jun. 2022.

DOM Jerônimo Tomé da Silva. Disponível em:

<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JTSilva.html>, Acesso em: 17 jun. 2022.

RIBEIRO, O. C. **A elite eclesiástica através da imprensa: reivindicações da Igreja** diante do movimento do progresso urbano e da secularização na cidade de Canavieiras - Bahia (1903-1913). Dissertação de mestrado em História (PPGH-UFCG). 2022, 124 p.

RIBEIRO, O. C.; SOUSA JR, J. P. **Festejos religiosos, cívicos e carnavalescos noticiados pelo jornal ‘Monitor do Sul’ na cidade de Canavieiras - Bahia (1903-1913)**. In: RIBEIRO, O. C.; SOUSA JR, J. P. (Orgs.). Pesquisa em História por meio das fontes hemerográficas. Belém, PA: Cabana, 2021, p. 114-126. Disponível em: https://www.editoracabana.com/files/ugd/e2a408_c100905145ad4a91a76807c9d90575f6.pdf. Acesso em 30 jun. 2022.

_____. **Religião, transformação, conflitos e festas: a história da freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, Bahia**. Ilhéus, BA: Editus, 2021, 233 p.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo:
Companhia das Letras, 2004, 335 p.